

Sarney explica: ata é para arquivo

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney achou graça ao saber que havia ebulição na Assembléia Nacional Constituinte por conta da notícia de que o Palácio do Planalto havia pedido à Mesa do Senado o original do termo de sua posse na chefia do governo. As especulações eram de que o documento serviria para instruir um recurso de Sarney ao Supremo Tribunal Federal, no caso de deputados e senadores reduzirem seu mandato para quatro anos.

Ao repórter da Agência Estado ele explicou ontem pela manhã, no Palácio da Alvorada, ter o pedido sido feito por seu assessor, Virgílio Costa, encarregado de formar um arquivo de documentação histórica sobre os presidentes da República. Tanto que também foi solicitado à Mesa do Senado o documento de diplomação de Tancredo Neves. Acresce, disse o presidente, que esses atos foram publicados no Diário Oficial. Se fosse para instruir qualquer recurso, bastaria cópia de sua publicação.

Sarney acentuou jamais ter passado por sua cabeça recorrer ao Supremo Tribunal Federal, em defesa de seu mandato. Não haverá hipótese. Também contestou a notícia de que teria decidido lutar para permanecer seis anos no governo. Sua posição em relação ao assunto continua a mesma de sempre: o problema depende de decisão da Assembléia Nacional Constituinte. O que ela resolver estará resolvido. Reserva-se, é claro, o direito de acompanhar o assunto, "desejando que ele se situe unicamente dentro dos limites constitucionais e não da forma como vem sendo tratado pela minoria radical dos constituintes, como se fosse uma confrontação ou discriminação do presidente da República".

Mostrando tranquilidade, o presidente analisou o sentido das palavras que, pouco antes, acabara de pronunciar através do programa "Conversa ao pé do rádio". Disse ter definido bem sua posição. Não está e jamais esteve em guerra com a Assembléia Nacional Constituinte. Mas não pode permitir que minorias extremadas ponham as instituições em risco. Foi para elas que mandou seu recado, como fica claro da leitura do texto, segundo enfatizou. Se estavam agitadas por conta disso, atingiu o alvo. Era precisamente esse o efeito desejado.

Informou haver convidado o deputado Ulysses Guimarães para visitá-lo neste fim de semana, em seu sítio de São José do Pericumã, próximo de Brasília. Lá poderá conversar tranquilamente, como tem feito sempre, repassando os principais assuntos do momento. Em suas palavras, não há estreitamento de relações entre eles, como se tem divulgado. Pelo contrário, esteve na

véspera, à noite, na residência do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para jantar em homenagem a sua mulher, d. Mora, que aniversariava.

Amenidades

Na residência de Ulysses, onde permaneceu por mais de duas horas, na noite de quinta-feira, Sarney conversou descontraidamente com diversos grupos. Foi cumprimentado por todos os convidados, entre eles o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e dezenas de parlamentares do PMDB. Não se tratou de um encontro político, mas estritamente social. Lá estavam os ministros Paulo Brossard, da Justiça; Ivan de Souza Mendes, do SNI; Renato Archer, da Previdência Social; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Prisco Viana, da Habitação; Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e José Hugo Castello Branco, da Indústria e Comércio.

Ainda que assuntos políticos fossem comentados, Sarney evitou pronunciar-se. Em dado momento, apenas recomendou a um jornalista que prestasse atenção no programa "Conversa ao pé do rádio", que seria transmitido no dia seguinte, ontem. A informação circulou e causou uma espécie de frisson, mas não foi objeto de conversa entre o dono da casa e o presidente.

Roberto Cardoso Alves, Fernando Henrique Cardoso, Raphael de Almeida Magalhães, Nelson Carneiro, Jorge Arbage, Cid Carvalho, Ibsen Pinheiro, Humberto Lucena e muitos outros circularam desenvoltamente, tendo trocado cumprimentos ou pequenos diálogos com Sarney, em clima de completa cordialidade. Em dado momento, numa roda onde estava o chefe do SNI, alguém perguntou a Roberto Cardoso Alves se Jânio Quadros seria mesmo candidato à Presidência da República. Ele contou ter almoçado com o prefeito de São Paulo na segunda-feira de carnaval, quando lhe fez a mesma indagação. A reação de Jânio foi apontar o pequeno espaço que separava a mesa onde estavam, da piscina, e dizer: "Pois se não posso sequer andar até a piscina sem sentir-me extremamente fatigado. Acho que estou muito doente". Conclusão de Roberto: o ex-presidente é candidatíssimo.

Severo Gomes lamentou não ter sido aprovada a jornada de 40 horas semanais para os trabalhadores, na Constituinte, e foi logo interpelado por um dos presentes: "Mas isso não impede que você estabeleça as 40 horas para os empregados da Coberthores Parahyba, de sua propriedade".

Quando o presidente José Sarney se retirou, foi levado à porta por Ulysses Guimarães, tendo os dois conversado por alguns minutos, a sós.



Antônio Carlos não gostou da votação da Constituinte

Antônio Carlos acha recurso dispensável

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney não precisa recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para definir a duração de seu mandato. A afirmação foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Ele afirmou que Sarney mandou pedir no Senado uma cópia do ato de posse na Presidência da República apenas para tê-la em seu arquivo.

No entender do ministro, a duração do mandato é uma coisa simples que deverá ser resolvida politicamente pelo Congresso Nacional e pela Constituinte. Mesmo negando que Sarney pretenda usar a cópia do documento para recorrer ao STF, Antônio Carlos indagou: "Quem sabe se isso, politicamente, não será um elemento de convencimento daqueles que não estão querendo se convencer de uma coisa tão clara quanto o mandato do presidente da República?".

O ministro preferiu dizer que o ato de posse é um documento importante que o presidente, como escritor e historiador, gostaria de guardar, porque serve para sua vida. Não houve, de acordo com Antônio Carlos, objetivo político no pedido de encaminhamento ao Congresso Nacional. Em sua opinião, Sarney não

voltará a defender seis anos para seu mandato, depois do compromisso assumido entre Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia e presidente de honra do PFL, de que seu governo seria de cinco anos.

Pela manhã, ao sair do Palácio da Alvorada, Antônio Carlos disse que Aureliano continuará no governo. Segundo o ministro das Comunicações, Sarney estava muito satisfeito com a conversa que acabara de ter com Aureliano, que foi recebido no Palácio antes de Antônio Carlos. O ministro das Minas e Energia durante a conversa teria demonstrado firmeza no propósito de ajudar o governo até depois de 1989.

Antônio Carlos afirmou não saber da saída de qualquer ministro do PMDB do governo, mas reconheceu que, em política, tudo pode acontecer. Depois, criticou os trabalhos da Constituinte, principalmente a aprovação de determinados benefícios que considerou casuísticas, como o nível de salário-férias, o aumento do período da licença para gestante e a licença de oito dias de licença-paternidade. Em seu ponto de vista, mais medidas como essas podem tornar o País inviável em termos empresariais. O ministro concluiu defendendo o Centro e criticando o patrulhamento que o grupo vem recebendo da imprensa.



Cardoso gostou da luta do presidente pelo seu direito

Para Cardoso Alves, é a "ofensiva final"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney disse ontem ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) que está disposto a ir "às últimas consequências" para manter suas prerrogativas e a dignidade do governo. Ao sair do gabinete de Sarney, Cardoso Alves não tinha dúvidas: o presidente da República está lançando a ofensiva final em defesa do seu mandato.

Se todas as tentativas de negociação com a Constituinte fracassarem, Sarney já tem uma saída, a de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Roberto Cardoso Alves está convencido de que o requerimento do termo de posse do presidente, feito à Mesa do Senado, servirá para ampliar os argumentos de defesa do governo.

Esse "último recurso", na opinião do parlamentar, deve ser usado para mostrar a força do Direito num Estado democrático. "A Constituição em vigor define, num artigo, o mandato do presidente em seis anos; em outro, convoca a Assembléia Nacional Constituinte. O que estamos produzindo se deriva desse princípio." O presidente Sarney, no entanto, de acordo com o deputado, não deu nenhuma indicação de que irá recorrer ao Supremo

Tribunal Federal para fazer valer esse princípio.

Cardoso Alves disse ter ouvido do presidente José Sarney: "Em defesa de minhas prerrogativas, da dignidade do governo e de meus direitos, irei às últimas consequências". Na interpretação do parlamentar paulista, ao usar o programa *Conversa ao Pé do Rádio* para criticar os grupos radicais, Sarney na verdade estava se defendendo. "O presidente se sente profundamente atingido pelos ataques desferidos contra ele na Assembléia Constituinte".

Mesmo sem citar nomes, Cardoso Alves identifica como inimigos do presidente "quase todos os líderes dos partidos". Segundo ele, aproveitando os horários destinados às lideranças, esses parlamentares dedicam a maior parte do tempo a ataques ao governo. "Este é o Sarney que conheço e gosto. Achei o presidente com a maior disposição de lutar pelo seu direito — a duração do seu mandato. Tem o meu apoio".

O deputado peemedebista conversou quase meia hora com o presidente da República, mas não soube precisar se a ofensiva iniciada é a favor do mandato de cinco ou de seis anos. "Se eu fosse o Sarney, lutaria pelo mandato de seis anos, que está definido na Constituição vigente", observou Cardoso Alves.

"Manobra para confronto"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A intenção do Palácio do Planalto de solicitar cópia da certidão de posse do presidente Sarney está sendo considerada, por constituintes de quase todos os partidos, "manobra" do governo para criar o confronto entre a Assembléia Constituinte e o Poder Judiciário.

Os parlamentares estão convencidos de que o objetivo é pressionar a Constituinte, na busca dos cinco anos. Se aprovado o mandato de quatro anos, como parece ser a tendência atual do plenário, o presidente Sarney baterá às portas do Supremo Tribunal Federal para tentar garantir mandato de seis anos. Haveria o confronto entre a livre e soberana decisão da Assembléia Constituinte e o mais alto órgão do Poder Judiciário.

"Se o Supremo der ganho de causa, a Constituinte estaria desmoralizada e até mesmo as Forças Armadas poderiam ser chamadas a intervir, para garantir a lei", comentou, preocupado, um dirigente do PFL. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, acha que a pressão palaciana pode favorecer a aprovação do sistema parlamentarista e sua imediata implantação.

O presidente e o 1º secretário da Mesa do Congresso Nacional, senadores Humberto Lucena e Juthay Magalhães, ambos do PMDB, disseram que não haveria necessidade de o Planalto solicitar certidão de posse do presidente Sarney. "Basta o Diário do Congresso Nacional, publicação oficial, que publicou tudo", lembrou Lucena.

Até ontem à tarde, o pedido não havia sido formalizado. O subchefe da Casa Civil da Presidência da República para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, conversou sobre o pedido com o secretário-geral da Mesa do Congresso, Nerlone Cardoso. Os senadores Lucena e Juthay, informados, disseram que o pedido, se feito, teria de ser formal, mediante ofício do ministro-chefe da Casa Civil. "Pedido verbal não vale", esclareceu o 1º secretário do Congresso.

Para Juthay Magalhães, ao solicitar certidão do termo de posse, por intermédio de seus assessores, Sarney evidenciou a intenção de levar ao Supremo Tribunal Federal a questão do prazo do mandato presidencial.

"Erram os que pensam que a Constituinte não tem poderes para modificar normas constantes da atual Carta. Se o Congresso, no seu período normal, pode mudar o sistema de governo, por que não poderia fazê-lo quando reunido em Assembléia Constituinte?", questionou ele, acrescentando:

"A Assembléia Constituinte determinará o prazo do mandato presidencial, tanto para os futuros presidentes quanto para o atual. O mais é querer criar uma crise institucional, desrespeitando a soberania da Constituinte, para se manter no poder aqueles que o povo hoje repudia".

Para Juthay Magalhães, as falas de Sarney no programa de rádio "demonstram, claramente, que o presidente está trilhando um caminho perigoso, buscando um confronto que poderá nos levar a destino indesejado".

Ermírio desafia o presidente

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO



Kenji Honda — 18/2/88

Defensor do mandato presidencial de quatro anos, o empresário Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) fez ontem, em Belo Horizonte, um desafio ao presidente Sarney para que após esta tese e com ela teste sua popularidade. "O melhor é quatro anos com o direito à reeleição e, se o Sarney se acha muito bom, então ele que aceite um período menor de mandato e se candidate à reeleição. Isso seria muito justo e bonito", afirmou Ermírio.

O empresário foi agraciado pelo governador Newton Cardoso com a medalha "Barão de Eschwege", que anualmente é dada a pessoas que se destacam nos setores de mineração

e metalurgia. Os dois conversaram longamente, mas Antônio Ermírio disse que não falam de política. Só de investimentos do Grupo Votorantim em território mineiro.

Ermírio negou seguidas vezes que seja candidato à Presidência da República, alegando que sua carreira política acabou como começou: na disputa pelo governo de São Paulo. "Muita gente ainda não acredita que eu posso ser útil ao meu país fora da política, mas estou certo que posso e vou tocar a minha vida sem ingressar na política", afirmou. Ele negou, também, que tivesse recebido convite do PFL para assumir uma candidatura à sucessão do presidente Sarney em nome do partido: "Nunca fui sondado por es-

te partido e acho muito difícil, porque estamos em dificuldades com a seção regional do PFL de São Paulo".

O empresário Antônio Ermírio alegou que mesmo afastado da política mantém "laços de lealdade" com o PTB, partido que usou para concorrer ao governo paulista. "Muito embora não esteja mais nesse partido, não posso a qualquer hora pular para outro", disse, descartando até mesmo a hipótese de aceitar concorrer à Presidência com o patrocínio do PMDB.

Ermírio criticou a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores feito pela Assembléia Nacional Constituinte e também a morosidade dos trabalhos no Congresso.

Aureliano defende um só candidato de centro

O ministro Aureliano Chaves defende o lançamento de um só candidato de centro nas eleições presidenciais, considerando um erro se houver duas ou mais candidaturas. Na opinião de dirigentes do PFL, o ideal seria um entendimento entre Aureliano Chaves e Antônio Ermírio de Moraes.

O presidente de honra do PFL, conforme asseguraram líderes do partido, estaria disposto a não aceitar sua candidatura, se lançada a candidatura Antônio Ermírio de Moraes. Um influente parlamentar do PDS observou que a melhor chapa das forças centristas seria Antônio Ermírio para presidente e Aureliano para vi-

ce. O PFL prefere Aureliano candidato a presidente e Ermírio para vice-presidente.

O ministro das Minas e Energia, além disso, só aceitará ser candidato se a Constituinte aprovar o presidencialismo. Neste caso, sua decisão poderia ocorrer até o final de março, quando está prevista a votação de sistema de governo.

Ganha força a tendência pelos 4 anos

Parlamentares que, na Constituinte, apóiam Sarney e o mandato de cinco anos, como Milton Reis, secretário-geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), por exemplo, reconhecem estar crescendo a tendência a favor do mandato de quatro anos.

Parlamentares do PFL continuam criticando o fato de o Palácio do Planalto lutar pelo mandato de cinco anos, deixando intocados ministros peemedebistas que apóiam quatro anos e a candidatura de Ulysses Guimarães. Entre estes, os mais citados são Renato Archer, da Previdência Social, Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Na reunião-almoço promovida antontem pelo ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, com constituintes do PMDB e PFL favoráveis ao mandato de cinco anos e ao presidencialismo, o ministro Renato Archer foi dos mais criticados, principalmente por sua posição a favor dos quatro anos.

O deputado Luiz Eduardo, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, acredita na reversão da tendência desde que haja um fato novo, de iniciativa do governo Sarney. "O corte drástico do déficit público, por exemplo, com combate à inflação e à corrupção poderiam reanimar os defensores de eleições presidenciais em 89", argumentou ele.

Esta é, também, a opinião de Milton Reis. O deputado José Geraldo, por sua vez, reconhece que o governo está em desvantagem e na defensiva na Constituinte. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, reconhecendo que os defensores do mandato de quatro anos estão aumentando, pondera que, sem condições de defesa no plenário da Constituinte, Sarney está se valendo, principalmente, do programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*.

Delfim denuncia "golpe jurídico" dos palacianos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O golpe está em gestação pelo grupo palaciano." O alerta foi feito ontem pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP), depois da notícia de que o Planalto requerera ao Senado a certidão da posse de Sarney. "Estão montando a arapuca, resta saber se o general Leônidas vai dar garantia a Sarney neste golpe jurídico", completou Delfim, com o que concordou o deputado Siqueira Campos (PDC-GO): "Estão preparando o golpe e a trama é competente".

O precedente aberto pela Câmara nesta semana, ao votar e suspender os processos que tramitavam contra os líderes do PDT, Brandão Monteiro, do PDS, Amaral Netto, e do PTB, Gastone Righi, também alarmou os políticos ontem. O motivo é que a votação dos deputados foi consequência da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), concluindo que a Câmara e não a Constituinte detinha poderes para sustar processos contra seus integrantes. O temor é o de que, por analogia, o Planalto use desse artifício para manter o mandato de seis anos, como determina a atual Constituição.

Righi admitiu que os seis anos são viáveis, explicando que Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, colaborou "quando sustou os processos pela Câmara e não, como devia, através de projeto de decisão da Assembléia Nacional Constituinte". Para o líder do PTB, o STF entendeu que não tinha valor a imunidade garantida pelo regimento interno da Constituinte, "cuja soberania ficou ameaçada". Ao aceitar isso, disse Righi, Ulysses reconheceu que a Constituinte não pode decidir sobre o que está inscrito na atual Constituição, como a duração do mandato.

Para a deputada Sandra Cavalcanti (PTB-RJ), Sarney pode renunciar ao mandato, mas o único poder a decidir se seu governo será de quatro, cinco ou dez anos é a Constituinte: "É lamentável que o presidente queira agir contra a soberania da Constituinte, ele que veio de uma escola de grandes juristas, que foi a UDN". Delfim Netto lembrou, também, que Sarney abdicou espontaneamente de um ano de mandato diante de 140 milhões de pessoas, na televisão, o que segundo o deputado deixou a questão para a Constituinte resolver.

PFL tenta isolar os radicais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Líderes nacionais do PFL, após encontros com o presidente de honra do partido, ministro Aureliano Chaves, decidiram procurar entendimentos com setores moderados de todos os partidos, isolando os radicais de esquerda e de direita, na busca de solução de bom senso. O objetivo é evitar a desestabilização da Assembléia Nacional, o confronto com o Executivo e a reação popular com a frustração que surgirá com medidas paternalistas que não poderão ser atendidas.

Os principais dirigentes do PFL solicitaram ao ministro Aureliano Chaves que, após os contatos que terão na área parlamentar, procure o presidente Sarney para alertá-lo para o risco de ruptura institucional, se não houver articulações políticas capazes de levar a Constituinte ao racionalismo, superando o emocionalismo.

Os senadores Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL), José Agripino Maia (RN) e Divaldo Surugaga (AL), durante e depois do encontro com Aureliano Chaves, continuaram examinando o grave quadro político-institucional, convencidos de que a crise vai agravar-se, se não houver a disposição de aparar as arestas.

Os líderes do PFL entendem que a desorganização do Centro e as concessões sociais-trabalhistas estão criando um ambiente surrealista na Constituinte. Parlamentares influentes das esquerdas já estão preocupados com tanta "compreensão" dos moderados, aceitando, praticamente, as emendas "progressistas" no campo social e trabalhista.

Alguns acham que a aceitação de quase tudo pode ser uma manobra tática de aprovar emendas paternalistas, ditas progressistas, e provocar o impasse. Os empresários e o poder público não teriam condições econômico-financeiras "de pagar a conta". Estaria criado o clima propício à instabilidade, à crise social e à ruptura institucional.

Outros acreditam que o clima emocional na Constituinte poderia evitar que parlamentares de bom senso parem para pensar, deixando levar pela onda de concessões. A crise estaria madura, segundo um dirigente do PFL, para votar, dentro de alguns dias, a questão da anistia. Seria muito difícil, no ambiente de rolo compressor no plenário, votar "sim" a tudo, e deixar de atender aos militares punidos. A reação, no caso, não seria somente de Sarney, de Saulo Ramos e de outros ministros da casa, mas dos

chefes militares — que já decidiram não aceitar a anistia proposta pelas esquerdas.

"O compromisso com o PFL é com a transição democrática, que será alcançada com a promulgação da nova Constituição", reiterou o senador e ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen. O senador José Agripino comentou que a pior coisa que poderia acontecer à transição seria o prosseguimento das hostilidades entre o Executivo e a Constituinte.

Deputados do PFL, depois de conversar com os dirigentes do partido, revelaram grande preocupação com o que chamam de articulações palacianas para interromper o processo de transição democrática. Muitos deles disseram que o presidente Sarney está cada vez mais envolvido por manobras do ministro Antônio Carlos Magalhães, do consultor-geral Saulo Ramos e do senador Álvaro Pacheco.

Senadores e deputados do PFL estão dispostos a conversar com líderes das facções de centro-esquerda, para "evitar o pior". E estão certos de que o radicalismo de mãos dadas com o paternalismo não parece desejar a promulgação de uma Constituição que represente a média da sociedade, mas provocar o confronto entre as instituições, com a sociedade como vítima.